

INGRESSO - PERMANÊNCIA - SUCESSO - PROGRESSÃO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO



*Daiana da Rosa Ferreira
Salette Valer*



Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Santa Catarina (IFSC)
Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead)

Ingresso - Permanência - Sucesso - Progressão
no Curso Técnico Subsequente em
Segurança do Trabalho

VENDA PROIBIDA!

Autores:
Daiana da Rosa Ferreira
Salette Valer

Revisão:
Salette Valer

Projeto gráfico e diagramação:
Daiana da Rosa Ferreira

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
em Rede Nacional (ProfEPT)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)
Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead)

Ingresso - Permanência - Sucesso - Progressão
no Curso Técnico Subsequente em
Segurança do Trabalho

Florianópolis, SC
2021

FICHA TÉCNICA

Esta cartilha, como produto educacional, é oriunda da pesquisa de Mestrado *Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): um estudo sobre a relação acesso - permanência - sucesso - progressão*. Foi avaliada por Registradores Acadêmicos e Gestores do Campus Florianópolis do IFSC e Servidores DEIA e DEING/PROEN da Reitoria do IFSC; validada pelos integrantes da banca de defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Cartilha : *Ingresso - Permanência - Sucesso - Progressão no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho*

Produção e organização: Daiana da Rosa Ferreira e Salete Valer

Banca de validação da cartilha como parte da Dissertação de Mestrado: Prof.^a Clarice Monteiro Escott, Dr.^a; Prof. Cássio Aurélio Suski, Dr; Prof.^a Julia Malanchen, Dr^a, em 31 de agosto de 2021.

Catálogo na fonte pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina – IFSC Reitoria

Ingresso - Permanência - Sucesso - Progressão no Curso Técnico Subsequente em
Segurança do Trabalho/Ferreira, Daiana da Rosa; Valer, Salete – 1. ed. - Florianópolis,
2021. Cartilha Eletrônica.

24 p.

Inclui bibliografia
ISBN

1. Cartilha/Produto Educacional ProfEPT. 2. Ingresso, Permanência, Sucesso e
Progressão . 3. Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho. 4. Educação
Profissional. I. Ferreira, Daiana da Rosa; Valer, Salete, orient. II. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.

Ficha catalográfica elaborada por:

ISBN 978-65-88663-30-1

RESUMO

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais pela lei nº 11.892/2008 apresentou entre seus objetivos a melhoria dos Estados brasileiros por meio da ampliação do número de cursos e matrículas ofertadas. Inserido nesse projeto educativo, este produto educacional, cartilha, *Ingresso - Permanência - Sucesso - Progressão no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho*, tem por objetivo apresentar aos gestores da EPT e, especialmente, aos profissionais envolvidos no processo de ingresso, ações que podem ser qualificadas na prática da gestão da EPT. Em termos metodológicos, a cartilha faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado de cunho qualitativo, tendo como modalidade principal o estudo de caso, intitulada *Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): um estudo sobre a relação acesso - permanência - sucesso - progressão* inserida no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Os resultados da pesquisa apontaram que há diversos fatores dificultando o ingresso e a permanência de trabalhadores-estudantes no processo de ensino-aprendizagem da educação profissional, entre as quais estão: dificuldade de acesso e uso das tecnologias da informação; problemas de manuseio e compreensão do site institucional; desconhecimento do perfil profissional e das questões pedagógicas teóricas e práticas para a formação do estudante, conforme o projeto pedagógico; dificuldade para acompanhar o conteúdo das aulas; conflito de horário, distância e questões financeiras. Conclui-se que, partindo-se dos resultados encontrados e das ações propostas pelos sujeitos da pesquisa e pelas investigadoras, estratégias diversas podem ser promovidas institucionalmente para qualificar o acesso do trabalhador-estudante ao ensino público de qualidade, garantindo-lhe a permanência, o sucesso e a progressão ao trabalho e aos estudos.

Palavras-chave: EPT. ProfEPT. Produto Educacional Cartilha. Curso Técnico Subsequente Segurança do Trabalho. Gestores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 PERFIL DOS ESTUDANTES INGRESSANTES E SUJEITOS EVADIDOS NA PRIMEIRA FASE DO CURSO	09
2 PRÁTICAS EM TIC UTILIZADAS NO PROCESSO DE MATRÍCULA	10
3 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA	11
4 PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INGRESSO	12
4.1 CONHECIMENTOS PRÉVIOS SOBRE O CURSO	12
4.2 FATORES DE EVASÃO LIGADOS AO PROCESSO DE INGRESSO	13
4.3 PROPOSTAS PARA O PROCESSO DE INGRESSO	14
4.4 RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTE	15
5 PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS ACERCA DAS QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TEÓRICAS E PRÁTICAS	16
5.1 CONTEÚDOS TEÓRICOS E PRÁTICOS E O MUNDO DO TRABALHO	16
5.2 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E SUGESTÕES DE MUDANÇAS	17
6 PARA FINALIZAR	19
REFERÊNCIAS	20

APRESENTAÇÃO

Prezados (a) Gestores (a) e demais profissionais envolvidos no processo de ingresso!

Como produto educacional, a cartilha *Ingresso - Permanência - Sucesso - Progressão no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho* se desenvolveu perante os resultados apresentados pela pesquisa, estudo de caso, *Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): um estudo sobre a relação acesso - permanência - sucesso - progressão*, realizada no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) nos anos de 2020-2021. A pesquisa teve como objetivo investigar os procedimentos que envolvem o processo de ingresso dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis, a fim de depreender como os procedimentos adotados atualmente pela instituição em relação ao processo de ingresso podem estar afetando as questões relacionadas à evasão, dado que certas informações podem interferir na realização ou não da matrícula em cursos técnicos.

A descrição e análise dos resultados demonstraram que há diversos fatores que podem estar dificultando de alguma forma o processo de ingresso e de permanência de trabalhadores-estudantes no processo de ensino-aprendizagem da educação profissional, como problemas para acesso e manejo das tecnologias da informação, dificuldades para usar e compreender o site da instituição, não conhecimento das especificidades pedagógicas, teóricas e práticas do curso, assim como do perfil de egresso, problemas financeiros, distância, conflito de horário, dificuldade para acompanhar o conteúdo das aulas, entre outros. Dentro desse contexto, pensou-se na criação deste produto com o intuito de levar aos gestores e demais profissionais envolvidos no processo de ingresso do IFSC e da ETP os resultados encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa, apontando para o entendimento de que a forma como ocorre o ingresso do aluno detém um importante papel no processo de permanência ou evasão, pois afeta diretamente o nível de compromisso com a instituição, interfere no compromisso sequente com o curso e o motiva a progressão. Incorporada à uma concepção democrática de educação, apresenta-se sugestões para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão e orientem o cidadão de modo a garantir o acesso ao ensino público nos seus diversos fatores, assegurando não apenas o ingresso, mas também a permanência, o sucesso e a progressão do estudante.

O produto educacional foi desenvolvido com base nos conceitos que fundamentam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apresentados no documento Políticas Públicas para a EPT (BRASIL, PPEPT, 2004) e o no Documento Base de 2007 (BRASIL, DB, 2007), concretizado pela Lei n.º 11.741/2008 (BRASIL, Lei n.º 11.741, 2008). Está alicerçado nos princípios da Politecnia discutidos por Saviani (2007), o conceito de Educação Omnilateral, tratado por Ciavatta (2005) e as definições de trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico, abordadas nos estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005). Reforça o entendimento do termo gestão, conforme definição de Aires (2009), o conceito de gestão escolar conforme Glória (2017), a definição de gestão na EPT realizada por Góis e Rocha (2019) e como práticas de gestão se relacionam com mecanismos de evasão e permanência, conforme Lück (2015). Também corroboram com a definição de ingresso desenvolvida por Ambrosini (2019), o conceito de evasão apresentado por Dore e Luscher (2011) e as concepções de práticas de comunicação abordadas por Almeida e Miranda (2020).

Boa leitura!



1 PERFIL DOS ESTUDANTES INGRESSANTES E EVADIDOS NA PRIMEIRA FASE DO CURSO

PERFIL INGRESSANTES:

Dos 22 (vinte e dois) estudantes ingressantes participantes da pesquisa no curso em estudo, a maioria é do sexo feminino, com idade acima dos 30 anos, apresentam como escolaridade ensino médio realizado em instituição pública, residem na região da Grande Florianópolis e predomina a ampla concorrência como forma de ingresso.

ANÁLISE:

Em termos de perfil, os resultados indicam que essas mulheres estão afastadas do banco escolar há algum tempo (GUGELMIN, 2015) e que retomaram os estudos a fim de conquistar uma formação profissional com o intuito de permanecer ativo no mundo do trabalho (FIGUEIREDO, 2014), concordando com a Nota Informativa nº 138 (BRASIL, NI nº 138 SETEC/MEC, 2015) em que o curso estaria atendendo ao cumprimento da função social dos Institutos Federais. Os dados indicam também que, apesar de a maior parte dos ingressantes provir de escola pública, a predominância da forma de ingresso é por ampla concorrência, sendo possível estar ocorrendo um problema de comunicação no processo de ingresso entre a instituição e o público, já que esses sujeitos não estariam acessando informações sobre o sistema de cotas, do qual poderiam fazer uso, fazendo-se necessária uma investigação específica sobre esse aspecto para afirmar a causa real dessa prática pelos ingressantes.

PERFIL SUJEITOS EVADIDOS:

Entre os 13 (treze) sujeitos evadidos que participaram da pesquisa, a maioria é do sexo feminino, com idade acima dos 30 anos, solteiras e com filhos, apresentam como escolaridade o ensino médio, ocupam posições de trabalho em grupos periféricos ou estão desempregados e, em média, frequentaram o curso por um mês, sendo que um número significativo de sujeitos realizou a matrícula, mas não frequentou nenhuma aula.

ANÁLISE:

Os resultados do perfil reforçam as pesquisas (KUENZER, 2007) sobre os sujeitos da EPT e podem indicar que fatores relacionados à questão de gênero estão influenciando na evasão do curso (FREDENHAGEM et al., 2012).

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

Como se observa, há uma similaridade entre os perfis dos dois grupos, o que significa que o público que busca o curso é formado por trabalhadores-estudantes que podem estar procurando uma formação profissional que possibilite a permanência no mundo do trabalho. Assim, para elaborar ou avaliar práticas que minimizem ou reduzam os obstáculos enfrentados pelos diferentes grupos de sujeitos que adentram o processo educativo, a instituição precisa:

1 Desenvolver estratégias de gestão para que esses dados de perfil sejam mapeados ainda no processo de inscrição e, de forma dialógica com os envolvidos no processo educativo;

2 Traçar planos educativos, levando-se em consideração as singularidades dos diversos grupos que ingressam na instituição.



2 PRÁTICAS EM TIC'S UTILIZADAS NO PROCESSO DE MATRÍCULA

RESULTADOS:

Muitos estudantes ingressantes e sujeitos evadidos afirmaram ter facilidade de acesso e uso das tecnologias da informação, souberam da existência do curso pelo site do IFSC e acharam o processo de inscrição no site muito simples e tranquilo. Entretanto, alguns sujeitos apresentam críticas ao site e ao sistema de ingresso, o que indica que esse meio não é totalmente acessível à heterogeneidade social, econômica e etária do público que procura a instituição. Nessa relação, levanta-se como hipótese que muitos sujeitos com dificuldades de acesso e uso das tecnologias da informação possam estar sendo excluídos do processo de ingresso, já que, ao tentarem se candidatar no curso, não conseguiriam completar o processo de inscrição e envio de documentos.

ANÁLISE:

Os resultados indicam que o site é o local de referência na busca de informações (AMBROSINI, 2019).

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

1 Refletir sobre diferentes estratégias inclusivas que ampliem as possibilidades de pleno acesso a todos os interessados no ensino público federal, como projetos de intervenção, incentivo a capacitação dos servidores, estímulo a contribuição para mudanças na instituição voltadas para democratização do acesso e permanência dos estudantes, investimento em ações afirmativas e o desenvolvimento de núcleos articulados em rede responsáveis por motivar, facilitar e apoiar a permanência dos estudantes. Dentro dessa relação, pensar também em formas de inserção no sistema de matrículas.

2 Elaborar uma Unidade Curricular curta para ser ministrada aos estudantes antes do início das aulas efetivas, que trate de procedimentos didático-pedagógico introdutórios sobre práticas sociais de letramento via tecnologias digitais aos estudantes que adentram à instituição sem essas habilidades,¹ em especial, nos técnicos subsequentes, pelo próprio perfil desses sujeitos, conforme também outros estudos empíricos realizados no IFSC de Valer (2019) e Michelin (2020).

3 Propor qualificação para uso das tecnologias digitais para pesquisa, escrita (edição de texto) e compartilhamento de textos via diferentes ferramentas como por exemplo, o drive (nuvem). Além dessas práticas, o estudante precisa saber usar a Plataforma de mediação, no caso do IFSC, o SIGAA, para que possa iniciar as atividades pedagógicas com segurança e efetiva participação no processo de ensino-aprendizagem. O domínio desses conhecimentos tem se configurado essencial para a inserção do estudante no processo ensino-aprendizagem, expandindo-se para o mundo do trabalho.

¹ Essa proposta, como produto educacional, está sendo elaborada pelo Mestrando Lucas de Souza (turma 3), orientado por Salete Valer, como parte da dissertação de Mestrado O uso das tecnologias digitais como competência para o mundo do trabalho e suas contextualizações: um estudo no Instituto Federal de Educação de Santa Catarina Campus Florianópolis-Continente, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

3 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA



RESULTADOS:

Os dados mostram que alguns estudantes não leram integralmente o edital de ingresso, o que leva ao desconhecimento das regras e normas de seleção da instituição. Os resultados também destacam que muitos ingressantes e sujeitos evadidos não tiveram acesso ao Projeto Pedagógico do Curso no site institucional, o que causa um expressivo número de ingressantes que desconhecem o que será estudado no curso e as possibilidades de atuação profissional.

ANÁLISE:

Os dados encontrados dialogam com Glória (2017), pois as informações sobre os cursos ofertados e a matriz curricular estão disponíveis no site da instituição, mas os candidatos não as acessam. Sobre esse aspecto, Ambrosini (2019) acrescenta que mesmo realizando a leitura do edital muitos candidatos não o compreendem devido a complexidade do texto e da linguagem. Em relação a essa problemática, Almeida e Miranda (2020) afirmam que as instituições públicas não podem considerar os cidadãos como simples objetos de comunicados e apenas disponibilizar documentos com informações que não são compreendidas pelo público.

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

1 Realizar uma avaliação do sistema de ingresso discente e dos meios de comunicação adotados para que atendam o uso da linguagem e ferramentas utilizadas pelo público.

2 Desenvolver e qualificar uma ferramenta única, como um vídeo ou ebook, que combinem o texto com imagens, vídeos, gráficos e animações, com interatividade e apelo visual para a disponibilização de informações aos futuros ingressantes.

3 Vincular sua propaganda em diversas mídias, como redes sociais, televisão, rádio, plataformas de compartilhamento de vídeos, entre outras.



4 PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INGRESSO

Seguem as categorias de análise que tratam da percepção dos sujeitos da pesquisa acerca do processo de ingresso.

4.1 CONHECIMENTOS PRÉVIOS SOBRE O CURSO

RESULTADOS:

Um número significativo de ingressantes desconhecia os aspectos pedagógicos do curso, alegando que o acesso às informações sobre suas especificidades durante o processo de ingresso poderia ter modificado sua escolha; A maioria acredita que seria importante para os ingressantes do Curso Técnico em Segurança do Trabalho terem mais informações sobre o curso antes da realização da matrícula.

ANÁLISE:

Os dados encontrados dialogam com Glória (2017), pois as informações sobre os cursos ofertados e a matriz curricular estão disponíveis no site da instituição, mas os candidatos não as acessam. Sobre esse aspecto, Ambrosini (2019) acrescenta que mesmo realizando a leitura do edital muitos candidatos não o compreendem devido a complexidade do texto e da linguagem. Em relação a essa problemática, Almeida e Miranda (2020) afirmam que as instituições públicas não podem considerar os cidadãos como simples objetos de comunicados e apenas disponibilizar documentos com informações que não são compreendidas pelo público.

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO



Os resultados reforçam a necessidade de o IFSC:

1 Qualificar sua comunicação pública para que, antes de realizar a escolha, o candidato tenha conhecimento da missão e objetivos do curso, conheça as unidades curriculares que estudará, a duração do curso e o perfil de egresso, a fim de esclarecer, orientar e facilitar a sua escolha.

2 Disponibilizar informações sobre o curso de forma clara e objetiva por meio de vídeos, folhetos, palestras, websites e diversas outras ferramentas de comunicação.



4 PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INGRESSO

4.2 FATORES DE EVASÃO LIGADOS AO PROCESSO DE INGRESSO

RESULTADOS:

Dificuldade para acompanhar o conteúdo das aulas, conflito de horário, trabalho/emprego, distância e a não identificação com o curso, relacionada à falta de conhecimento e orientação sobre o curso em que se está ingressando.

ANÁLISE:

Políticas de acesso sem mecanismos de permanência (CIAVATTA, 2005) e a baixa qualidade da educação básica pública (ARAÚJO; SANTOS, 2012) fazem com que muitos estudantes não consigam entender e acompanhar o conteúdo do ensino profissional. Os resultados revelam a condição da classe trabalhadora no Brasil (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005) e a divisão histórica do trabalho (SAVIANI, 2007). A falta de conhecimento sobre o curso (RIBEIRO, 2019), gera experimentação profissional ou institucional (DORE; LÜSCHER, 2011) e é ocasionado por lacunas de comunicação entre a instituição e o público (FIGUEIREDO, 2014).

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

1 Estabelecer uma interação melhor com o público para que conheçam a formação profissional ofertada e os procedimentos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. ²

2 Analisar a Política de Assistência Estudantil (BRASIL, Decreto n.º 7.234, 2010) a fim de realizar melhorias relacionadas a flexibilização dos horários, cessão de auxílios, vale transporte, entre outras medidas necessárias.

3 Elaborar junto às equipes específicas e envolver os estudantes em projetos de nivelamento, monitoria, tutoria e atendimento acompanhado por equipe multidisciplinar.

4 Conscientizar todos os mediadores acerca da importância de os conteúdos básicos da formação geral serem retomados para o aprendizado durante as aulas, possibilitando momentos para que o estudante tire dúvidas e estude com o professor.

5 Divulgar durante o processo de ingresso, nas variadas mídias e meios de comunicação para alcançar os diversos públicos interessados, as ações adotadas pela instituição e assim favorecer o conhecimento dos projetos desenvolvidos para promover a permanência, a progressão do trabalhador no mundo do trabalho e a continuidade do processo de formação.

² Um exemplo dentro da instituição de divulgação e interação com os candidatos foi realizado nos cursos técnicos em Mecânica (Integrado e Concomitante) e Eletroeletrônica (Subsequente) no Campus Itajaí, por meio da estruturação de forma integrada do Sub-projeto IFs Portas Abertas e do Sub-projeto Ingresso Multiplicador. O Sub-projeto IFs Portas Abertas promoveu a divulgação dos cursos por palestras, vídeos, visitas guiadas, atividades interativas e oficinas. O Sub-projeto Ingresso Multiplicador consistiu em um edital de ingresso exclusivo do Campus que convocava para a matrícula uma quantidade maior de candidatos e assim proporcionava “orientação com relação às escolhas de curso, e uma oficina com noções básicas das unidades curriculares do curso.” (SUSKI et al., 2021, p.39). Além de informar o perfil profissional e suas possíveis áreas de atuação.



4 PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INGRESSO

4.3 PROPOSTAS PARA O PROCESSO DE INGRESSO

RESULTADOS:

Maior acessibilidade do site institucional, melhorar a divulgação das informações sobre o ingresso, disponibilizar as informações sobre cotas de maneira clara e compreensível, integrar os meios de comunicação utilizados para a divulgação do processo de ingresso, comunicar os conteúdos teóricos e práticos dos cursos da instituição.

ANÁLISE:

Diante das solicitações apresentadas, percebe-se a pertinência de uma orientação mais didática e elaborada durante o processo de ingresso (AMBROSINI, 2019), a fim de proporcionar a interação com o candidato antes do início do curso (SILVA et al., 2013).

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

1 Pensar em formas de tornar os editais e normas que direcionam o processo de ingresso mais claros e compreensíveis ao público em geral.

2 Refletir sobre possibilidades de integração das ferramentas de comunicação e divulgação do processo seletivo.

3 Desenvolver estratégias de orientação e conscientização sobre a natureza dos cursos, formas e modalidades de ingresso.

4 Considerar formas acessíveis de apresentar o sistema de cotas e mostrar as ações afirmativas implantadas na instituição por meio de diferentes ferramentas.

4 PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INGRESSO



4.4 RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

RESULTADOS:

Divulgar os conteúdos teóricos e práticos durante o processo de ingresso, flexibilizar o currículo e o horário das unidades curriculares, difundir de forma objetiva as práticas de assistência estudantil, auxílios e projetos educacionais realizados pela instituição.

ANÁLISE:

O perfil do estudante da EPT demonstra a importância da flexibilidade, conforme Moura (2007), pois essa permite ao curso apresentar oferta e distribuição de carga horária de forma flexível, adequando-se às diversas características dos estudantes. O Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, Decreto n.º 7.234, 2010), institui o programa de assistência estudantil. No entanto, segundo o TCU (BRASIL, Acórdão nº 506, 2013), os critérios previstos no decreto para candidatura são muito abrangentes, o que leva os Institutos Federais a apresentarem dificuldade de recursos para atender toda a demanda.

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

1 Analisar formas de flexibilizar currículos e horários das unidades curriculares para os trabalhadores-estudantes.

2 Qualificar as formas de divulgação das ações de assistência estudantil entre os estudantes ingressantes.

3 Fortalecer ações que assegurem a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5 PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS ACERCA DAS QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TEÓRICAS E PRÁTICAS



Seguem as categorias de análise que tratam da percepção dos sujeitos da pesquisa acerca das questões pedagógicas, teóricas e práticas do curso em estudo.

5.1 CONTEÚDOS TEÓRICOS E PRÁTICOS E O MUNDO DO TRABALHO

RESULTADOS:

Quase todos os sujeitos evadidos entrevistados consideram os conteúdos teóricos e práticos do curso adequados e estruturados para o mundo do trabalho. Já entre os gestores, o atual PCC do curso propõe uma formação para o mercado de trabalho, mas estão em andamento alterações, o que implica que os estudantes não diferenciam o sentido de mercado de trabalho e mundo do trabalho.

ANÁLISE:

É corrente o equívoco entre as expressões mercado de trabalho e mundo do trabalho (CIAVATTA; RAMOS, 2012), porém há diferentes demandas pedagógicas apresentadas em ambas para a formação profissional.

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

1 As práticas pedagógicas explicitadas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos subsequentes precisam desenvolver nos estudantes da educação profissional a consciência das diferenças que envolvem uma formação profissional para o mercado de trabalho e para o mundo do trabalho. Necessitam desenvolver uma prática laboral (trabalho específico) ao mesmo tempo em que questionem a lógica do mercado. Para isso, o PPC deve ser planejado e estruturado tendo por base também o sentido ontológico e a dimensão da cultura, da ciência e da tecnologia, a fim de capacitar os sujeitos para exercício autônomo e crítico das profissões. Para que essa proposta de educação politécnica se efetive todos os profissionais na educação devem conceber seus pressupostos teórico-metodológicos.

5 PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS ACERCA DAS QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TEÓRICAS E PRÁTICAS



5.2 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E SUGESTÕES DE MUDANÇAS

RESULTADOS:

Os sujeitos evadidos evidenciaram as dificuldades de ensino-aprendizagem em decorrência de uma educação básica deficitária, falta de acolhimento dos estudantes que ingressam nas chamadas posteriores e problemas na relação professor e aluno resultante de diferentes concepções do modo de desenvolvimento das práticas pedagógicas. Dentro desse contexto, as sugestões de mudanças apresentadas pelos sujeitos da pesquisa propõem o apoio pedagógico aos estudantes, implementação de unidades curriculares de acolhimento na primeira fase do curso, contínua atualização das aulas e currículos, desenvolvimento de capacitação docente e políticas definidas de qualificação para os professores na EPT.

ANÁLISE:

É necessário que a instituição ofereça oportunidades de complementação de estudos aos ingressantes que apresentam dificuldades de aprendizagem (BRASIL, DCNEB, 2013). A recepção com o acolhimento de novos alunos, observando-se as lacunas de aprendizagem, é um fator definidor e motivacional da relação professor-aluno (GLÓRIA, 2017), assim o professor precisa assumir uma atitude problematizadora e mediadora do processo de ensino-aprendizagem (COELHO, 2014), além do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada (MOURA, 2007), em que implica conhecer a realidade socio-histórico e cultural desse estudante, deslocando-o no processo de ensino-aprendizagem ao patamar que está sendo proposto para a formação integral.

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

1 Promover ações de formação continuada aos profissionais da educação sobre os pressupostos teórico-metodológicos da EPT.

2) Organizar ações em nível institucional para formação docente em termos teórico-práticos em torno dos fundamentos do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico (FELIPPE; VALER, 2019), já que dados empíricos demonstram que poucos docentes compreendem esses conceitos e sua transposição didática (FELIPE, 2019). Esses dados implicam na dificuldade de a instituição assumir-se efetivamente como a principal agência de mediação para uma proposta educativa de formação integral dos trabalhadores-estudantes.



3) Estabelecer espaços para debates, reflexões e práticas coletivas que visam à superação das dificuldades que impedem o processo de aprendizagem.

4) Promover diálogos com os estudantes para a constituição e implementação de processos formativos mais individualizados, que promovam a aprendizagem contínua do estudante para que consiga acompanhar os conteúdos e procedimentos propostos para o ensino-aprendizagem da formação integral.

6 PARA FINALIZAR ...



Esta cartilha apresentou aos gestores e demais profissionais envolvidos no processo de ingresso os resultados da pesquisa que investigou os procedimentos que envolvem o processo de ingresso dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis, e como eles podem estar afetando as questões relacionadas à evasão. Os resultados revelam que muitos estudantes ingressam no referido curso sem conhecer suas características, especialmente, os aspectos pedagógicos teóricos e práticos. Isso compõe o que contribui para a evasão ainda no primeiro semestre por falta de identificação com a área e/ou por obstáculos expressos no processo de ensino-aprendizagem. Dentro desse contexto, enfatiza-se a importância de as informações sobre as especificidades dos cursos serem disponibilizadas de forma clara e dinâmica durante o processo de ingresso para que o candidato realize sua escolha de forma consciente.

Dessa forma, a cartilha aqui apresentada reforça que somente as políticas de acesso não garantem a inclusão efetiva do estudante no processo de aprendizagem. Necessário também que sejam pensadas, aplicadas e verificadas, institucionalmente, ações e políticas de permanência, as quais devem levar em consideração a realidade sócio-histórica e cultural de cada estudante; práticas de acolhimento e, de forma paralela, práticas pedagógicas para o sucesso da aprendizagem, garantindo-lhe uma conclusão qualificada, refletindo-se em condições para a sua progressão, seja no contexto profissional, seja no prosseguimento dos estudos.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Carmenisia Jacobina. Módulo VI: Planejamento e gestão escolar. 2009. Educação a distância - Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7538556-Planejamento-e-gestao-escolar.html>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- ALMEIDA, Elisa Carmo Franco; MIRANDA, Paula Reis de. Comunicação Pública na Prevenção da Evasão: a experiência de um aplicativo sobre Ensino Médio Integrado. Revista Diálogo Educacional, v. 20, n. 64 p. 170-200, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/25428>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- AMBROSINI, Tiago Felipe. Guia de Acesso Estude no IFRS BG: estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS campus Bento Gonçalves. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/192>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- ARAÚJO, Cristiane Ferreira de; SANTOS, Roseli Aparecida dos. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar. In: THE INTERNATIONAL CONGRESS ON UNIVERSITY-INDUSTRY COOPERATION, 4, 2012, Taubaté, SP. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: UNINDU, 05 a 07 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-educacao-profissional-de-nivel-medio-e-os-fatores-internos-externos-as-instituicoes-que-causam-a-evao-escolar>. Acesso em: 5 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Documento Base. Brasília, abril de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 14 mai. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão n.º 506 de 13 de maio de 2013. Relatório de Auditoria n.º TC 026.062/2011-9. Disponível em: http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20Voto%20Acordao%20%20Educacao%20Profissional.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Nota Informativa n.º 138, de 15 de julho de 2015. Brasília: SETEC/MEC, 2015. Disponível em: http://www.iftm.edu.br/proreitorias/ensino/permanenciaeexito/documentos/documentos/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%20_2015_DPE_DDR_SETEC_MEC%282%29.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. Revista Trabalho Necessário, n. 3, v. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação, n. 49, v. 17, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a01v17n49.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol. Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/1030>. Acesso em 14 abr. 2020.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zoleima. Permanência e Evasão na Educação Técnico a de Nível Médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa [online], n. 144, v. 41, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010015742011000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 04 out. 2019.

FELIPPE, Bárbara Colossi; VALER, Salete. Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa como princípio pedagógico: orientações aos professores da Educação Profissional. Produto educacional: Cartilha. Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/434085>.

FELIPPE, Bárbara Colossi. A Pesquisa como Princípio Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: um Estudo de Caso com docentes participantes do Edital 20/2017/PROPPI/DAE do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Orientadora: Salete Valer. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1138?show=full>.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva. Análise dos fatores geradores de evasão no Curso Técnico em Telecomunicações do CEFET-RJ/UNED Petrópolis: uma reflexão sobre a qualidade em educação profissional. 2014. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/854/1/Dissert%20Nat%C3%A1lia%20Gomes%20da%20Silva%20Figueiredo.pdf>. Acesso em 7 jan. 2020.

FREDENHAGEM, Sheyla; COMETTI, Nilton; BONFIM, Cristiane Jorge de Lima; ARAÚJO, Fernando Dantas. A voz da evasão. Revista Eixo. Instituto Federal de Educação. Ciência e Tecnologia de Brasília, n. 2, v. 1, 2012. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.index.php/RevistaEixo/issue/view/9>. Acesso em: 16 out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da. (Org.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63451908-O-trabalho-como-principio-educativo-no-projeto-de-educacao-integral-de-trabalhadores-excertos.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

GLÓRIA, Geovani Falconi. Práticas Organizacionais de um Instituto Federal: um estudo a partir dos indicadores de gestão – conclusão, evasão e retenção escolar. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6413/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Geovani%20Falconi%20Gl%C3%B3ria.pdf>. Acesso: 30 out. 2020.

GÓIS, Luana Santana; ROCHA, Georges Souto. A atuação do gestor escolar no enfrentamento da evasão no Instituto Federal da Bahia - IFBA. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, v. 5, n.14, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3505>. Acesso em: 2 mar. 2021.

GUGELMIN, Lisangela. Evasão escolar na educação profissional: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1492>. Acesso em: 30 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES), Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Anexo ao Regulamento. jun. 2018. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Revista Educação e Sociedade, n. 100, v. 28, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

LÜCK, Heloisa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MICHELON, Darelli Raquel. Recursos pedagógicos para práticas de letramento em Língua Portuguesa na perspectiva da politécnica. Orientadora: Salete Valer. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de PósGraduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1721>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. HOLOS, ano 23, v. 2, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 22 nov. 2019.

RIBEIRO, Daniel Delfini. A perspectiva da educação profissional na fronteira sul do Brasil diante do problema do abandono escolar. 2019. Dissertação de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Especialização em Educação e Formação de Adultos. ESE - Politécnico do Porto. 2019. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/14657>. Acesso em 19 ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; CONCIANI, Fernanda; AZEVEDO, Márcio Adriano de; BONFIM, Cristiane Jorge Lima; VAZ JÚNIOR, Oswaldo Junqueira; MIRANDA, Evelynne Katriny Silva de Sousa; SOUZA, Maiane Araújo. Dualidade estrutural no ensino técnico profissionalizante em Brasília (IFB): uma análise do discurso oficial de inclusão e as dificuldades de permanência dos alunos. Revista EIXO, Brasília, v. 2, n. 1, p. 2-16, 2013. Disponível em: http://revistaeixe.ifb.edu.br/index.php/Revista_Eixo/article/view/95. Acesso em: 15 mar. 2020.

SUSKI, Cássio Aurélio; SANTOS, Débora Magna; PACHECO, Diego; ESTEVES, Marina Regina Veloso; PEIXE, Rita Inês Petrykowski; GUIMARÃES, Sandra Lopes. Estratégias para elevação dos índices de permanência na educação básica, técnica e tecnológica. Scientia Vitae, v. 11, n. 33, p. 30-49, 2021. Disponível em: http://www.revistaifspsr.com/v1133_3049.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

VALER, Salete. A pesquisa como princípio pedagógico e sua materialidade linguística: estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. V. 2, N. 17 (2019). Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7289>. Acesso em: 15 set. 2020.

AUTOR 1

Daiana da Rosa Ferreira

E-mail: daiana.ferreira@ifsc.edu.br

Orcid - <https://orcid.org/0000-0002-8280-6854>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3473634153594173>

Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT) - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Especialista em Gestão Pública na EPT (IFSC). Técnica Administrativa em Educação no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

AUTOR 2

Salete Valer

E - mail: salete.valer@ifsc.edu.br.

Orcid - <https://orcid.org/0000-0002-9391-3807>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4817754537520905>

Doutora em Linguística (Psicolinguística Aplicada) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Linguística Teórica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduação em Letras Português e Literaturas Vernáculas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente Associada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Campus Florianópolis-Continente, Área de Linguagem e Comunicação, atuando como docente em Cursos Técnicos Subsequentes; Cursos Superiores de Tecnologia e no Mestrado em Educação Profissional em Rede Federal (ProfEPT).

Todas as imagens utilizadas são de bancos de imagens gratuitos dos sites:

- <https://www.canva.com/>

- <https://pxhere.com/>